



OS QUARTOS DE EMPREGADA NOS APARTAMENTOS MODERNISTAS NA ORLA DA CIDADE DE JOÃO PESSOA (PB)

Eixo Temático Inventário e Documentação

Fernando de Oliveira Morais
Mestre, Faculdades Integradas de Patos
moraiss.fernandoo@gmail.com

Resumo:

A pesquisa tem como objetivo analisar e revelar as configurações espaciais e os usos contemporâneos do quarto de empregada em apartamentos modernistas na cidade de João Pessoa (PB) entre as décadas de 1950 a 1970. Este cômodo tem passado por transformações na história da casa brasileira, sendo considerado um representante dos resquícios modernos da senzala, e, diante da atual diversificação do modo de morar, questiona-se quais foram as concepções projetuais adotadas e quais são os usos contemporâneos. Deste modo, foram selecionados três edifícios na orla a fim de analisar o projeto *in loco* e verificar possíveis reformas, além de testemunhar os seus usos. O estudo contribui para o registro arquitetônico, bem como para a discussão acerca dos modos de habitar na sociedade brasileira, além de fornecer subsídios que embasam a ação projetual, trazendo uma reflexão sobre as transformações do quarto de empregada nos apartamentos modernistas na orla da cidade de João Pessoa.

Palavras-chave: quarto de empregada, apartamento, orla, João Pessoa (cidade).

Abstract:

The research aims to analyze and reveal the spatial configurations and contemporary uses of the maid's room in modernist apartments in the city of João Pessoa (PB) between the 1950s and 1970s. This room has undergone transformations in the history of the Brazilian house, being considered a representative of the modern remnants of the senzala, and, faced with the current diversification of the way of living, it is questioned what were the design conceptions adopted and what are the contemporary uses. In this way, three buildings were selected in the waterfront to analyze the project *in loco* and to verify possible reforms, besides witnessing their uses. The study contributes to the architectural record, as well as to the discussion about the ways of living in Brazilian society, besides providing subsidies that support the projectual action, bringing a reflection on the transformations of the maid's room in the modernist apartments on the waterfront of the city of João Pessoa.

Keywords: maid's room, apartment, waterfront, Joao Pessoa (city).



OS QUARTOS DE EMPREGADA NOS APARTAMENTOS MODERNISTAS NA ORLA DA CIDADE DE JOÃO PESSOA (PB)

Introdução

Durante a história da arquitetura brasileira, o quarto de empregada inseriu-se predominantemente nos programas de necessidades das habitações voltadas aos segmentos médios e de elite, sendo derivada no período da colonização, passando por mudanças desprivilegiadas de localização no interior da residência unifamiliar – nos fundos ou no quintal, no porão, no sótão ou segregada do restante da edificação sob a forma de edícula – sempre vinculada e próxima à área de serviço enquanto determinador da identificação funcional e social. Desde a fase conceitual do projeto arquitetônico, este ambiente costuma ser hierarquizado espacialmente, além de possuir atributos desfavoráveis, para não dizer mínimos ou abaixo deles, em relação às dimensões espaciais, à circulação interna, à inserção de janelas, aos aspectos ambientais (ventilação, iluminação e acústica), afora a grande possibilidade de dividir o espaço com o depósito da residência ou com os equipamentos de trabalho (sobreposição de atividades) (MORAIS, 2017).

Observa-se que desde a década de 1980, no cenário da habitação multifamiliar brasileira, já se tem o prenúncio da extinção do quarto de empregada (CARVALHO, 2014; SALEIRO FILHO, 2001; SOUZA, 1991) refletindo os novos usos divergentes do dormitório destinado ao trabalhador doméstico, as novas formas de prestação de serviço doméstico sem vínculos empregatícios, a produção de habitações compactas e o novo modo de morar. Desde o final do século XX, o espaço doméstico na habitação brasileira vem sofrendo transformações derivadas dos novos hábitos e estilos de vida da sociedade contemporânea que mudam constantemente durante o curso do tempo e afetam a forma e o uso da habitação (CABRITA, 1995). Tais mudanças abrangem as relações entre patrão-empregado através da execução de novas leis trabalhistas e da formalização da prestação de serviço doméstico, contribuindo assim, numa nova forma de habitar e trabalhar no espaço doméstico, mais enfaticamente, repercutem na redefinição de práticas, usos e configurações sócioespaciais da dependência doméstica na habitação. Com a nova legislação, houve a acentuação de novas formas para prestação de serviço doméstico implicando na redução de contratação de trabalhador com vinculação familiar (morar-dormir).

Diante deste cenário de transformações nos quartos de empregada que anunciam o desuso ou a inserção de novos usos nesse espaço, este artigo tem como objetivo analisar e revelar os conceitos projetuais que nortearam a produção das dependências domésticas nos apartamentos residenciais modernistas localizados na orla da cidade de João Pessoa entre as décadas de 1950 a 1970, símbolos de modernidade, da suposta ordem e progresso, e, que compreenderam o primeiro ciclo de verticalização da cidade. Em adição, indaga-se se há a resistência na permanência no rótulo original desse cômodo ou se ele sofreu alguma reforma espacial ou alteração de função.

Para responder tais questões, foram selecionados e visitados 3 edifícios projetados entre as décadas de 1950 a 1970 localizados na orla da cidade de João Pessoa, nos bairros de Tambaú e Cabo Branco, a fim de analisar o projeto in loco e verificar possíveis reformas, além de testemunhar os seus usos (figura 1):



Legenda

Bairro	Endereço	Edifício	Ano do projeto
Tambaú	Av. Almirante Tamandaré, 120	Santo Antônio	1959
Cabo Branco	Av. Cabo Branco, 3380	João Marques de Almeida	1965
Tambaú	Av. Olinda, 345	Estrela de Ouro	1974

Figura 1: Mapa de localização dos edifícios analisados na orla de João Pessoa (PB).

Fonte: Acervo do autor.

Após a seleção houve a pesquisa bibliográfica e arquivista acerca da temática abordada e particularmente dos edifícios selecionados que auxiliou na elaboração de fichas de análise para sistematização de dados: a nomenclatura, o *layout* proposto no desenho original da planta-baixa; a localização do quarto e do banheiro; os meios de acessos para esses cômodos, a forma geométrica, as dimensões espaciais; a presença de janelas; os usos do espaço; a disposição atual do *layout* e mobiliário em uso. Enquanto *in loco* as visitas se traduziram como a parte mais instigante da pesquisa, pois possibilitaram uma análise mais aprofundada da dependência doméstica através da revelação de aspectos de significado subjetivo, ou seja, a quarta dimensão na arquitetura, caracterizada pela própria vivência e compreensão do usuário no espaço (ZEVI, 2009). As visitas foram compostas de 3 etapas: medição, registro fotográfico e de vídeo e entrevista pessoal.

A relevância do estudo compreende o campo de estudo da habitação no Brasil, enfatizando a dependência doméstica, cômodo residencial que ainda não foi muito contemplado nas pesquisas acadêmicas no âmbito da arquitetura nacional, podendo assim, vir a contribuir na compreensão da produção e transformação do quarto de empregada, tomando a tipologia da habitação multifamiliar do primeiro ciclo de verticalização da cidade na cidade de João Pessoa como estudo de caso. O recorte temporal escolhido também se torna fator preponderante, pois contribui para o estudo e registro arquitetônico modernista do 1º ciclo de verticalização da



cidade de João Pessoa, bem como para a discussão acerca da evolução dos modos de habitar na sociedade brasileira, além de fornecer subsídios que embasem a ação projetual, trazendo uma reflexão sobre as transformações do quarto de empregada.

Discussão

As habitações verticais multifamiliares surgiram nas cidades brasileiras com o avanço da urbanização, com o crescimento populacional acelerado e com a necessidade de adensamento, sendo destinadas “para uma classe situada na média dos escalões”, ao contrário da Europa, onde se “constituiu uma solução para as classes baixas, de pequeno valor aquisitivo” (LEMOS, 1978, p. 162). Segundo o autor, a diminuição do poder aquisitivo, os aumentos de população e a saturação das zonas centrais fizeram com que as famílias de renda média tivessem de escolher entre morar numa casa em um bairro periférico, afastado do centro e do trabalho, com dificuldades de comunicação, de transporte coletivo, de prestação de serviços de água, gás e esgoto, ou continuar nas zonas centrais e sujeitar-se a viver num edifício de apartamentos, considerado semelhante aos cortiços verticais, “casa mal frequentada” ou “casas de cômodos” devido à aglomeração coletiva numa mesma habitação, e, portanto, foi rejeitado pela classe mais abastada, apegada aos valores tradicionais da habitação.

Segundo Lemos (1978, p. 155), os primeiros edifícios de apartamentos foram planejados e construídos sem critério normalizador, dado o caráter de novidade, sendo inicialmente alugados. Posteriormente, “tiveram suas plantas norteadas pela ideia de empilhar, em um mesmo terreno, várias casas, todas iguais entre si” (LEMOS, 1996, p. 79), pois os preços dos terrenos na época estavam cada vez mais elevados, obrigando que os agentes imobiliários adotassem uma configuração espacial a fim de atender às necessidades da maioria dos usuários, homogeneizando os primeiros apartamentos, em consonância com a descrição de Reis Filho:

Plasticamente, os edifícios eram solucionados em termos de fachada, acompanhando os estilismos, até mesmo o “modernismo”. Internamente procurava-se, por todos os meios, repetir as soluções de planta das residências isoladas com seus corredores, salas e saletas e mesmo amplos alpendres, de modo a oferecer aos habitantes uma reprodução de seus ambientes de origem. [...] Repetiam-se as salas de almoço, junto as soluções que já haviam sido superadas. Reforçava-se o esquema de valorização social e arquitetônica das frentes e o desprestígio dos fundos. Assim, os prédios de apartamento continuavam, como as casas, a ter frente e fundos, fachada e quintal, servindo este para garagem, casa de zelador, depósito etc. (REIS FILHO, 2014, p. 79-80).

Lemos (1996) categoriza a trajetória dos edifícios residenciais nos centros como São Paulo e Rio de Janeiro, que se verticalizaram a partir dos anos 1920, o que também ocorreu em Recife, desde meados dos anos 1930, em três fases: a primeira, nomeada como “fase heroica”, compreendeu a década de 1920 até a Segunda Guerra Mundial. Ela é identificada pela formação dos primeiros apartamentos, decorrentes dos princípios da economia, da racionalidade, da simplicidade, do aperfeiçoamento das estruturas de concreto armado e da introdução da mecanização dos transportes de circulação vertical (elevadores), que resultaram na incorporação de “um novo modo de morar”, identificado pela tendência da inserção de novos valores de privacidade, salubridade, setorização e redução das dimensões dos cômodos, por utilização de paredes em comum, menor extensão de rede elétrica, hidráulica. Deste modo, os apartamentos que foram surgindo, a princípio mais dirigidos para a classe média, mantiveram os ambientes diferenciados, com superposição mínima de funções e deslocamento dos aposentos de serviço, tradicionalmente localizados no quintal, que passaram a integrar o corpo da residência, em que se buscou recuperar as disposições



internas das casas isoladas, como afirma Bruand (1981, pp. 20-21): “nos edifícios de apartamentos podem-se encontrar as mesmas características das residências [...] separação rígida entre as dependências sociais e de serviços”. Nesse cenário, “o Brasil tornou-se o primeiro e único país a possuir edifícios com essa precaução separadora de circulações” (LE MOS, 1996, p. 79), que exige entradas de serviço independentes ou cozinhas com saídas diretas para a caixa de circulação vertical, mas que também separou, distinguiu, ou reuniu (tornando coletivo).

Assim, apesar do conceito inovador de modernidade e coletividade que a habitação vertical trazia, agrupando todos os empregados num mesmo pavimento, o efeito do novo modo de morar estimulou o individualismo da vida privada praticada nas “casas térreas muradas”, eliminando os espaços coletivos e zoneando rigidamente o espaço doméstico, como destaca Marins:

O regime de serviços comuns, presente em muitos dos primeiros apartamentos - as chamadas “casas de apartamentos”, um gênero de flat -, foi rapidamente substituído pela segmentação total das unidades, que passaram a incluir dependências completas de serviço. Foram condenados ao desaparecimento os andares reservados à habitação comum dos empregados domésticos, cujos espaços nos apartamentos passariam a ser demarcados com rigidez, gerando um zoneamento interno que já foi assinalado como uma característica marcadamente nacional. A diferenciação rígida entre áreas íntimas e de serviço. (MARINS, 1997, p. 191)

Desta forma, o modo de habitar condiz com o pensamento de Reis Filho (2014, p. 53) quando este afirma que “os edifícios se ligavam estreitamente aos esquemas rígidos dos tempos coloniais, evidenciando que a sociedade brasileira ainda revelava os compromissos de um passado recente com o regime de trabalho escravo”. Em oposição, nos países europeus as antigas dependências já entravam em desuso:

Na França, por exemplo, os chamados “chambres de bonne”, sob o telhado dos velhos edifícios de séculos passados não se encontram mais nos modernos apartamentos, estando ultrapassados e sem função, tais como as antigas cocheiras e escadas para fornecedores, [...] assim, a inexistência da criada doméstica que dorme no emprego, torna desnecessária essa dependência (SOUZA, 1991, p. 25-26).

Em alguns edifícios, era possível encontrar a tradicional entrada de serviço “por uma simples porta nos fundos, apartadas do hall, mas um real acesso para empregados, com hall independente, elevadores e escadas próprios, apenas atingindo cozinhas e áreas de serviço, num fluxo vertical isolado do fluxo considerado social ou nobre” (VERÍSSIMO; BITTAR, 1999, p. 127). Em contrapartida, segundo Lemos (1978, p. 155), na Europa e nos seus países colonizados, as unidades dos apartamentos sempre foram planejadas com abstração total dos aposentos da criadagem doméstica e das circulações de serviço, pois raramente se necessitava do auxílio permanente desse profissional, assim, seria inútil ou supérflua toda e qualquer cogitação referente à diferenciação de funções dos compartimentos maiores da moradia, significando “uma aberração a existência de um quarto isolado, próximo à cozinha, para a criada doméstica” diante da cultura europeia.

Proliferaram, inicialmente no Brasil, os edifícios de escritórios e, depois, os mistos, caracterizados por lojas tendo acima um ou dois andares de residências, que, gradativamente, até que, no final da década de 1940, popularizou-se e passou a abrigar as outras classes sociais. Como Lemos (1978, p. 155) destaca, houve a febre de condomínios por volta de 1948, iniciando-se a segunda fase, caracterizada pelo “boom imobiliário” (meados de 1945 a meados de 1970), que acelerou o processo de verticalização da cidade.

Duas vertentes apareceram nesse período: a primeira, descrita por Lemos (1996, p. 80), anuncia o surgimento do “condomínio pelo preço de custo”, “apartamentos econômicos” ou



“studios”: consistia em unidades com tamanho mínimo, inspiradas nos quarto e banheiro de hotel, compostas por superposições de espaços e atividades (sala-quarto, banheiro e kitchenette), “programa, até então, absolutamente inédito, cuja planta era nada mais que a reprodução de um quarto de hotel”, cujas vendas eram feitas antes do início das obras. Assim, com o “enxugamento” espacial, é possível supor que o quarto de empregada tenha sido suprimido. Já a segunda, descrita por Veríssimo; Bittar (1999, p. 127), indica que, a partir da década de 1950, nos edifícios de apartamentos das metrópoles Rio de Janeiro – São Paulo, o setor de serviço apresentou-se, como nas residências que procuram reproduzir, “às vezes curiosamente grande, para a unidade de um quarto apenas, porém com as dependências para empregados”. E, finalmente, a terceira fase (meados de 1970 aos dias atuais) seria caracterizada como a etapa inflacionária, sem muitas diferenças em relação à fase anterior, com exaltação e venda do discurso-produto de benefícios de segurança, da proximidade de áreas bucólicas ou “áreas verdes”, de sustentabilidade e ecologia, além da distância do caos urbano (LEMOS, 1996, p. 81).

Na cidade de João Pessoa na década de 1940, a orla da capital paraibana sofreu significativas mudanças na sua paisagem. O discurso de modernidade, embasado nos novos conceitos de limpeza e saúde pública, possibilitou a consolidação de novas práticas no litoral relacionadas ao local de amenidades, de lazer e de turismo, desfazendo a imagem de espaço de malsão. A mudança afetou os elementos simbólicos e as representações das faixas litorâneas que, por sua vez, influenciaram diretamente o processo de produção e ocupação do seu espaço e por conseguinte da sua paisagem a partir da abertura da Avenida Eptácio Pessoa que facilitou o deslocamento da população que morava nos bairros centrais em direção ao litoral por meio do percurso linear de 6 quilômetros, possibilitando a criação de hábitos relacionados ao mar e visitas à praia durante o verão e nos fins de semana (LEITÃO, D., 1998; MARTINS; MAIA, 2015). O processo de verticalização na capital paraibana, em um primeiro momento, foi desvinculado de uma necessidade de adensamento (SOARES, 2012, p. 96), mas impulsionado pelos novos símbolos de desenvolvimento e progresso relacionados com a cultura da praia-veraneio e com a construção de uma imagem de cidade cosmopolita, em paralelo ao aumento da especulação imobiliária devido à localização privilegiada, à constituição como símbolos de status e ascensão social, e, ao atributo da amenidade:

Os proprietários de terras bem localizadas, valorizadas por amenidades físicas, como o mar, lagoa, sol, sal, verde, etc., agem pressionando o Estado visando à instalação da infraestrutura urbana ou obtendo créditos bancários para eles próprios instalarem a infraestrutura. Tais investimentos valorizam a terra que anteriormente fora esterilizada por um razoavelmente longo período de tempo (CORRÊA, 2005, p. 18).

Na década seguinte, surgiu a primeira habitação multifamiliar na orla paraibana, na praia de Tambaú, o edifício de apartamentos Santo Antônio (figura 2), projetado pelo arquiteto Mário Di Lascio em 1959 e construído pela construtora Ausonia, constituindo-se na primeira obra desse gênero localizada no litoral de João Pessoa, mas também considerada pela publicidade da Pibigás como “o primeiro edifício da América do Sul a possuir sistema de instalações centralizadas de gás com medidores individuais” (PEREIRA, 2008, p. 105). Após onze meses de construção, o edifício foi inaugurado em novembro de 1960 e se configurou como uma habitação possivelmente voltada ao uso sazonal, visto que “um zelador [...] se encarregará do serviço de limpeza do prédio, e cuidará dos apartamentos vazios, durante a estação chuvosa” (PEREIRA, 2008, p. 105 *apud* AUSONIA oferece..., 1960, p. 3). Com esse desígnio e, de acordo com os princípios da arquitetura moderna, o projeto foi conduzido pela economia e pela simplicidade construtiva expressas nos três pavimentos (dispensando a instalação de elevadores) que abrigam as 29 unidades habitacionais dotadas de um dimensionamento mínimo (figura 3):



Figura 2: Foto aérea do bairro de Tambaú com o Hotel Tropical Tambaú em construção e o edifício Santo Antônio já construído
Fonte: Acervo Humberto Nóbrega.

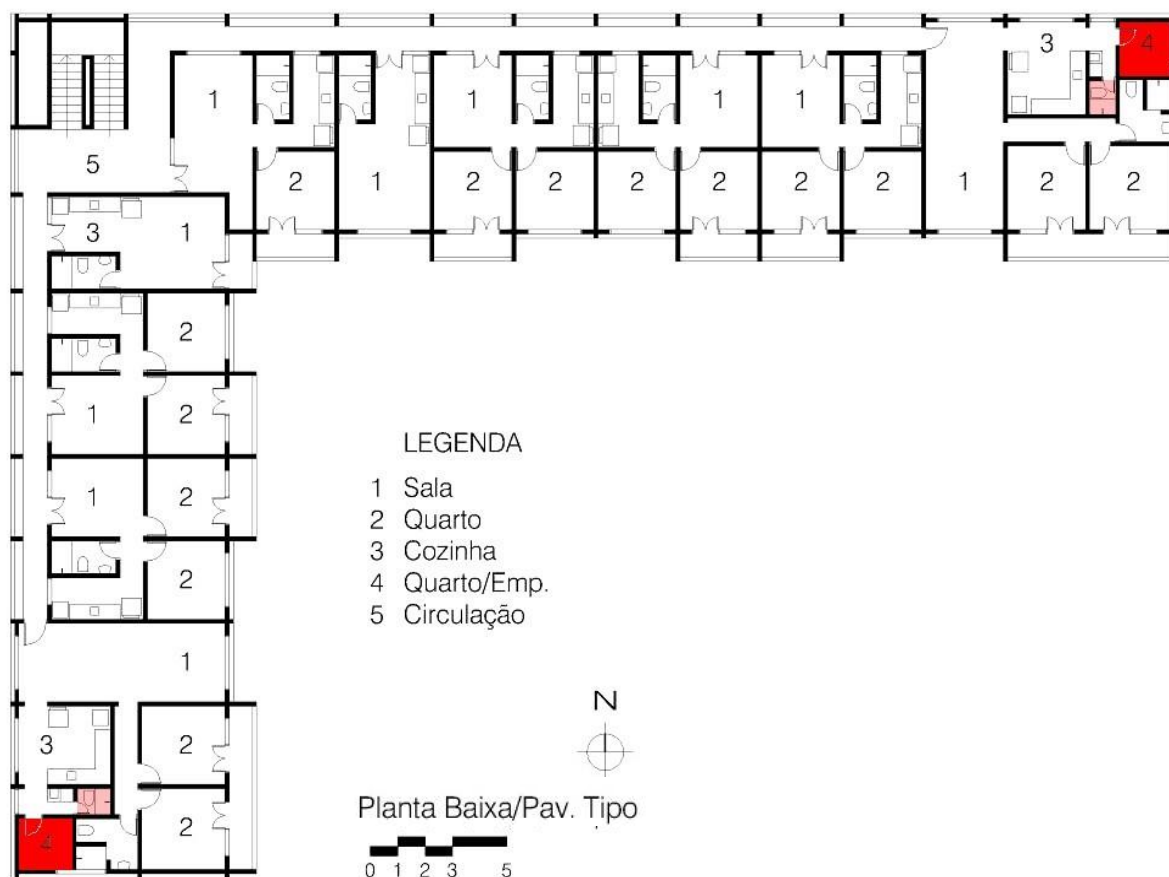


Figura 3: Planta-baixa do pavimento-tipo (1º e 2º andar) do edifício Santo Antônio
Fonte: PEREIRA, 2008, p. 106. Editado pelo autor.



Dos três tipos de apartamentos, as dependências de serviço estão presentes apenas na tipologia que está localizada nos pavimentos superiores (1 e 2 andares) e nas extremidades, no total de 4 exemplares. Ainda nesta tipologia, o acesso ao apartamento e aos demais aposentos é realizado pela única porta de entrada, evitando a distinção social. Após esta, encontra-se a área de serviço com tamanho reduzido devido à existência da lavanderia coletiva sobre o edifício, que substituiu a necessidade de áreas de serviço individuais. Neste espaço, apresenta-se apenas um tanque de lavar roupas, configurando-se mais como um hall de serviço que dá acessos individuais ao banheiro e ao quarto de empregada: o banheiro é separado do quarto e possui 1,65 m² de enclausuramento com uma pequena janela alta acima da porta, no qual foi adotada a mesma solução interna (não apresenta o lavatório) do edifício Presidente João Pessoa na sua representação, enquanto o quarto possui apenas 3,60 m², com uma janela de correr compartilhada com o cômodo vizinho (W.C.).

Na visita em um dos apartamentos com o quarto de empregada no edifício Santo Antônio foi registrada a presença de 3 moradores sem empregada doméstica, sendo que os moradores optaram por transformar o banheiro do quarto de empregada, que, originalmente, era voltado para área de serviço, em um banheiro social (figura 4), e integrou o antigo banheiro social ao quarto justaposto, transformando-o em uma suíte. A medição do quarto revelou um cômodo pequeno de 3,60 m², provavelmente sob a justificativa de um espaço de uso sazonal durante o veraneio e numa época que ainda não existia uma legislação municipal que estabelecia o limite mínimo de dimensionamento espacial para dormitórios. O quarto de empregada do apartamento visitado é utilizado como quarto de despejo / depósito, no qual se encontravam vários itens como uma geladeira em desuso, cadeira, materiais de limpeza, prateleiras, livros, caixas, mancebo com roupas acumuladas, etc. e possui uma janela compartilhada com o banheiro da suíte voltada para o leste (figura 5). Acerca deste cômodo o morador destaca:

Eu acho muito pequeno para ser um quarto de empregada. A gente nunca colocou, assim, ninguém para dormir ai, né, assim, hoje mamãe tem essa pessoa que ajuda e tem outra menina que fica o dia todo pra ajudar, mas nenhuma usa não, fica só pra tipo despejo e guarda alguma coisa, somente. (Morador 1, 15/10/2015)

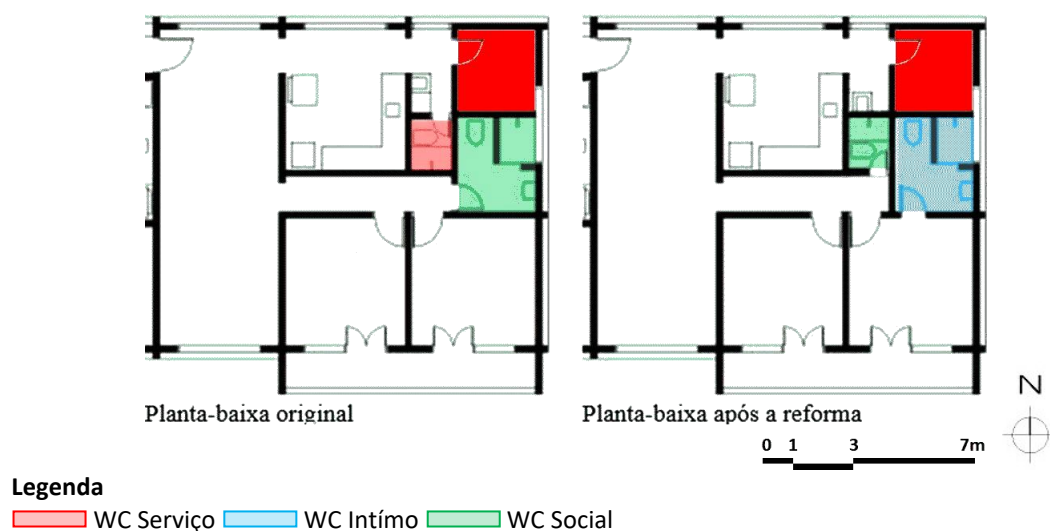


Figura 4: Indicação da reforma no banheiro de serviço na planta-baixa no edifício residencial Santo Antônio
Fonte: PEREIRA, 2008, p. 106. Editado pelo autor.



Figura 5: Fotos do quarto de empregada do edifício residencial Santo Antônio em 15/10/2015
Fonte: Acervo do autor (2015).

No discurso do morador 2, foi atribuído o reconhecimento do espaço de dimensões diminutas, como também afirmou-se nunca ter sido utilizado como dormitório, até porque o número de quartos oferecidos no apartamento já comporta as necessidades da família, que, por sua vez, necessitou ocupar esse espaço como quarto de despejo, visto a quantidade de objetos que precisavam de um lugar para serem alocados. Deste modo, todos esses espaços de serviço estão em consonância com o dimensionamento mínimo, ou abaixo dele, seja por decisão projetual do uso esporádico do apartamento ou simplesmente pelo desprezo na concepção acerca destes espaços para atribuí-los com metragens desconfortáveis. Este fato faz-nos evocar o exemplo dos alojamentos de serviço das superquadras no plano piloto de Brasília que são descritos como espaços tão reduzidos que foram apresentados como despensas, sendo motivo de embaraço durante um congresso internacional de críticos de Arte em 1959 (LEMOS, 1978, p. 161).

O exemplar residencial da orla da década de 1960 é o edifício João Marques de Almeida, sob a incorporação e construção da IMPALA Imobiliária Paraibana Ltda., enquanto o projeto foi assinado em 1965 pelo seu próprio incorporador e engenheiro, Romildo Marques de Almeida, e, concluído em 1968, com treze pavimentos, confirmando a condição de símbolo de modernidade manifestada na tipologia do arranha-céu em um amplo terreno situado entre a falésia e o mar no bairro do Cabo Branco. O edifício manteve um estreito paralelismo em relação ao lote cuja implantação reincidiu nos traços da casa unifamiliar elitizada que persistiu na proposta da unidade de habitação moderna multifamiliar na dialética de frente-fundo: a fachada voltada para o mar (leste) era destinada à área nobre frontal, enquanto a voltada ao oeste era dirigida a disposição mecanicista dos equipamentos de serviço, evocando a tradicional distinção de uma área desprezada ou quintal, isto é, a “valorização social e arquitetônica das frentes e desprestígio dos fundos”, como descrito por Reis Filho (2014, p. 80).

Neste edifício foram dispostos apartamentos com variações de tipologias no tamanho das unidades, a fim de experimentação e comercialização de novos produtos pela iniciativa privada, em que foram propostos 5 tipos de unidades habitacionais que variavam entre 3 e 2 quartos (figura 6). Essas tipologias apresentavam inovações em sua planta-baixa, a exemplo que em uma de suas unidades dispunha, de uma suíte, enquanto a unidade de menor dimensão não possuía o quarto de empregada, muito embora “a variedade de tipos de apartamentos não chegou a resultar em uma ocupação social heterogênea, visto que o empreendimento se destinava a um público de veraneio, ou seja, uma segunda residência em um dos bairros do litoral” (CHAVES, 2016, p. 322).



1 Sala | 2 Varanda | 3 Quarto | 4 Banheiro | 5 Cozinha | 6 Serviço | 7 Quarto de Empregada
8 Banheiro de Empregada | 9 Circulação | 10 Elevador Social | 11 Elevador Serviço

Figura 6: Planta-baixa do pavimento-tipo do edifício de apartamentos João Marques de Almeida
Fonte: CHAVES, 2016, p. 323. Editado pelo autor.

Os 3 modelos de quarto (aprox. 5,20 m²) e banheiro (aprox. 1,70 m²) de empregada apresentavam dimensões semelhantes, com sua disposição justaposta, sem acesso independente pela área de serviço, destacando que os banheiros continuavam sem a representação gráfica da pia (figura 7), enquanto apenas o quarto da extremidade sul e o banheiro da extremidade norte possuem contato direto com o exterior. Já o quarto de empregada da unidade norte, estava enclausurado, mas também apresentava a possibilidade de reversibilidade pela inserção de um segundo acesso voltado para o corredor de circulação íntima, enquanto o restante dos cômodos de serviço estava resguardado pelo corredor de circulação externa, enquanto alguns banheiros possuem vinculação ao poço de ventilação:

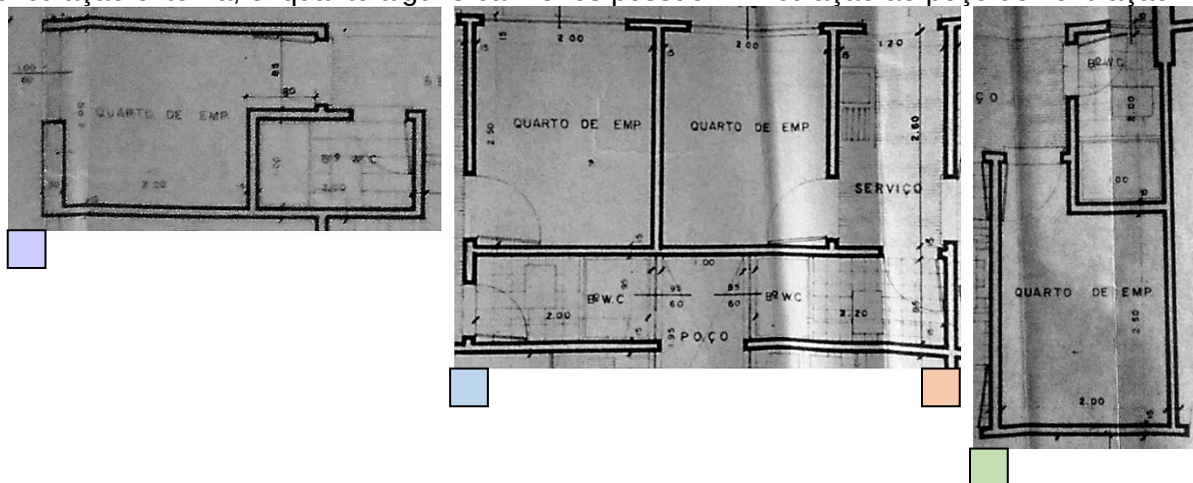


Figura 7: Detalhes das dependências de serviço na planta-baixa original do edifício João Marques de Almeida
Fonte: Cartorio Eunápio Torres. Fotos: Acervo do autor (2016).



No apartamento disponível para visitação no edifício João Marques de Almeida (figura 8) possui 3 quartos + quarto de empregada, sendo ocupado por 4 moradores e sem empregada doméstica. A moradora do apartamento visitado optou por utilizar o quartinho de 5,19 m² como depósito, com guarda roupa, escada portátil, máquina de lavar roupa, geladeira, televisão, fogão, malas, banco, entre outros objetos, mas também ocupa como arquivo de materiais relacionados ao trabalho (figura 9), conforme o relato da moradora:

Para mim (o quarto)   importantíssimo! Porque como professora, eu tenho muito material impresso, muitos documentos, que eu também não posso jogar fora, já fiz muita limpeza, mas eu não posso me desfazer desse arquivo, porque para mim é um arquivo vivo. Então eu organizei o quarto com algumas estantes, nessas estantes têm algumas gavetas de plástico, classificadas, nas partes mais altas têm umas caixas de plástico também, com vários cds, ainda, de trabalhos de aluno, que ainda guardo, e também tem um armário de ferramentas, um armário de coisas de natal que a gente usa raramente durante o ano. Então ele é um quarto pra nossa organiza o fundamental, porque senão, não saberíamos onde guardar tanta bugiganga. (Moradora 2, 05/10/2015)



Figura 8: Apartamento visitado no edifício residencial João Marques de Almeida

Fonte: CHAVES, 2016, p. 323. Editado pelo autor.



Figura 9: Fotos do quarto de empregada do edifício residencial João Marques de Almeida em 05/10/2015

Fonte: Acervo do autor (2015).

Assim como os edifícios residências dessa época, e anteriores, o banheiro de serviço, com 1,67 m², serve como uma segunda alternativa para o uso íntimo, caso o único banheiro social do apartamento esteja ocupado, e, neste exemplar, foi inserido lavatório.

Na década de 1970, mais especificamente no ano de 1971, foi elaborada a legisla o que regularia a partir de então as novas constru es da cidade de João Pessoa: o Código de Obras Municipal. Nele constavam, pela primeira vez na capital paraibana, as referências de dimensões mínimas indicativas ao quarto e banheiro de empregada, em qualquer tipologia de habita o, dispostas na Lei n  1. 347 de 27 de abril de 1971:



Art. 176 - Os sanitários de uso dos empregados domésticos terão área mínima de 2,00m² (dois metros quadrados) com forma geométrica que admita a inscrição de um círculo de 90cm (noventa centímetros) de diâmetro mínimo, e ser dotados de chuveiro, lavatório e W.C. Art. 177 - Os quartos de uso de empregados domésticos terão área mínima de 5,00m² (cinco metros quadrados) com forma geométrica que admita a inscrição de um círculo de 2,00m (dois metros) de diâmetro mínimo dotados de pé direito não inferior a 2,40m (dois metros e quarenta centímetros). JOÃO PESSOA. Lei nº 1.347, de 27 de abril de 1971. LIVRO II - Das normas sobre obra TÍTULO I - Das construções, CAPÍTULO V - Das partes componentes das construções e outras condições, SEÇÃO V - Dos compartimentos, SUB-SEÇÃO V - Dos compartimentos de Serviços, p. 30, 2001 (JOÃO PESSOA, 2001).

Ainda na década de 1970, foi sancionada a lei, 5.859 de 11 de dezembro de 1972, que estabelecia a caracterização do trabalho doméstico e a definição dos primeiros direitos trabalhistas dessa categoria. Assim, percebe-se a ascensão da necessidade de regulamentar a situação trabalhista e arquitetônica aos trabalhadores domésticos.

Para a década de 1970, foi visitado o edifício Estrela de Ouro, idêntico ao edifício contíguo, Estrela de Prata, no bairro de Tambaú. Ambos possuem onze pavimentos e foram projetados pelo arquiteto William Blanco de Abruñosa Trindade em 1974, enquanto a construção ficou ao encargo da CENARC (Construção, Engenharia, Arquitetura e Comércio Ltda.), caracterizando-se como “empreendimentos de um engenheiro paulista Yoshinore Kawabe, que traz os projetos já prontos de São Paulo” (ROCHA JUNIOR, 2012, p. 65). O edifício Estrela de Ouro foi concluído no ano de 1979, sendo um dos primeiros edifícios altos que se aproximou do segundo ciclo de verticalização da cidade, iniciado na década de 1980. Acerca do material gráfico, pode-se afirmar que não foi possível localizar qualquer fonte com o projeto arquitetônico dos edifícios Estrela de Ouro e Estrela de Prata, obrigando, então, a realização da medição e do levantamento in loco para o posterior redesenho do pavimento-tipo, que veio a contribuir com o registro inédito desse edifício (figura 10):

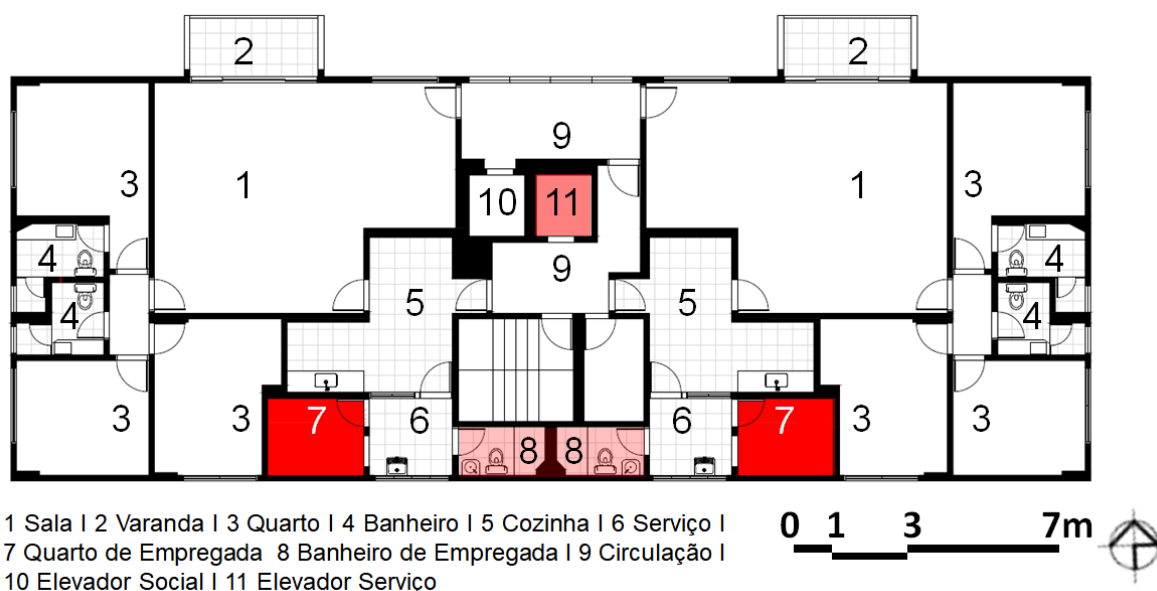


Figura 10: Planta-baixa do pavimento-tipo do edifício de apartamentos Estrela de Ouro
Fonte: Acervo do autor (2015).

O pavimento-tipo apresenta uma única tipologia com rebatimento e, nela, as dependências de serviço localizam-se na parte posterior do edifício e não possuem acesso independente, pois a circulação é obrigatória pela área de serviço e cozinha até a entrada de serviço do apartamento. O quarto (4,86 m²) e banheiro (2,75 m²) de empregada estão espacialmente



separados pela área de serviço, que funciona como um hall e proporciona, de forma indireta, o único meio de comunicação com o exterior, já que a janela do quarto não é disposta para fachada, resultando em um cômodo possivelmente abafado, e o banheiro não possui aberturas, isto é, enclausuramento proposital já que janelas poderiam ter sido inseridas na fachada Sul.

O apartamento (figura 11) apresenta uma única tipologia de apartamento com 3 quartos + quarto de empregada e 3 moradores, que decidiram utilizar o espaço de 4,86 m² com uso misto de depósito com estantes de livros ou uma biblioteca de acervo privado, e um escritório com mesa, cadeira e computador. Contudo, a janela é voltada para área de serviço, o que causa o desconforto segundo o relato do morador: “é pequeno, não é bom porque tem pouca ventilação” (Morador 3, 03/10/2015). Destaca-se a necessidade do uso de ventilação mecânica para permanência no espaço, enquanto o banheiro de 2,75 m² foi o primeiro exemplar identificado na pesquisa a possuir chuveiro elétrico. Contudo, ele também é enclausurado (figura 12):

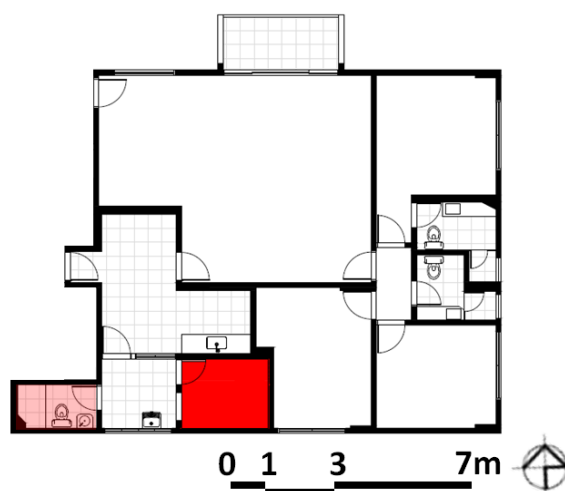


Figura 11: Apartamento visitado no edifício residencial Estrela de Ouro
Fonte: Acervo do autor (2015).

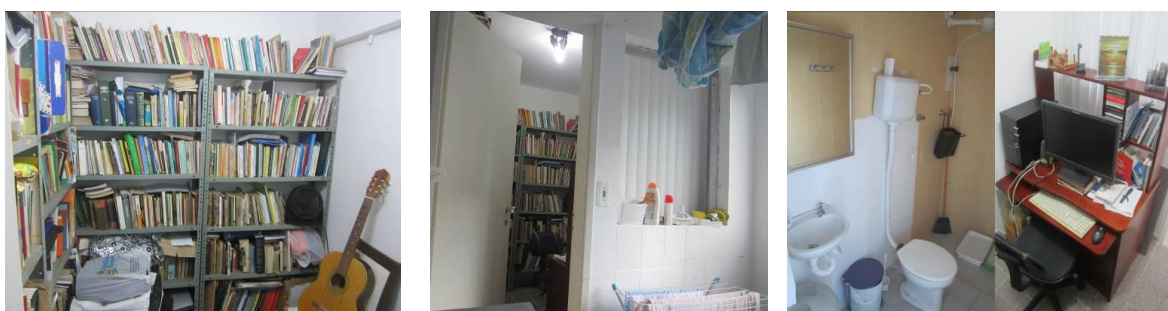


Figura 12: Fotos do quarto de empregada do edifício residencial Estrela de Ouro em 03/10/2015
Fonte: Acervo do autor (2015).

Outro aspecto que determina o conforto do usuário no quarto de empregada é referente ao investimento em janelas mais adequadas ao local de dormida, permitindo à doméstica o acesso à paisagem exterior. Contudo, as janelas, em regra geral, são projetadas com dimensões mínimas. Na maioria das vezes, são inseridas aberturas acima da porta, ou do lado, geralmente com cobogó ou com vidros foscos, ou, janelas altas denominadas como “janelas boca de lobo” ou “janelas de pombos”, que não permitem aeração adequada à permanência confortável no quarto (mesmo à noite), que é comumente instalado no poente,



local, portanto, extremamente quente, ainda registrando que no edifício João Marques de Almeida (1965) há uma tipologia (não visitada) onde ela é inexistente! Nesse caso, o quarto não possui a incidência de ventilação, iluminação natural e sem o acesso a qualquer paisagem exterior, apenas conta com a porta que dá para a área de serviço, ou com uma pequena abertura acima da porta que é resguarda pela projeção do corredor de circulação, causando sombra, o que aumenta o seu desconforto para o uso pela empregada. Nessas condições, o quarto de empregada torna-se um local impróprio para dormida, pois elas ficam sufocadas, e ainda mais para sua moradia, sobretudo, considerando as características do clima da região, predominantemente quente durante a maior parte do ano.

Compreende-se que esses espaços são construídos nessas condições precárias pelo não reconhecimento da empregada como pessoa e trabalhadora. Assim, reduzem-se as dimensões do quarto, demarcam-se os espaços internos e limitam-se as áreas externas de circulação. Desta forma, o quarto de empregada reflete a ambiguidade dessas relações de trabalho/moradia criando espaços destinados à exclusão da empregada, do ambiente familiar, apagando, simbolicamente sua presença na casa. Deste acordo com o pensamento de Lemos (1978, p. 160), “até hoje não se tolera o único acesso à cozinha através da sala. No fundo a moderna kitchnette ainda é a cozinha da casa-grande, afastada da sala do patrão. No subconsciente, a criada é a escrava de presença desagradável”. Por Sinal, como observa Almeida (1994, p. 192) “a organização do espaço doméstico e a movimentação da empregada nele, procuram negar esta visibilidade da empregada no cotidiano familiar. É como se ao afirmar sua presença na casa, se colocassem, imediatamente, a necessidade da negação de sua presença na família”. Deste modo, a moradia e a circulação da empregada determinam a manutenção “do seu lugar”, resultando numa diversificação e superposição de controles sobre o espaço social das domésticas.

Pode-se intuir que o “quartinho” nas 3 primeiras décadas no início da verticalização na cidade de João Pessoa, foi concebido como espaço privativo e excludente, recebendo a denominação de “quarto de empregada” nas plantas baixas, o que explicita o entendimento de que o espaço é destinado ao trabalhador doméstico do gênero feminino. Contudo, cabe ressaltar a diferença do uso do complemento nominal “de” e “para”: quando utilizado como “quarto de empregada” ou “quarto da empregada” entende-se que a preposição “de” adquire sentido de pertença, porém, este aqui é utilizado de maneira falsa, já que a empregada doméstica não é proprietária do quarto, assim, o mais correto seria “quarto para empregada” por meio do uso da preposição “para” com sentido de ocupação, disposição ou propósito, denotando que ela apenas irá ocupar o espaço de um determinado cômodo ligado ao setor de serviço na residência dos patrões e que não garante a função exclusiva de dormitório.

A implantação dos quartos de empregada estabeleceu ainda a relação de frente-fundo, revelando a reprodução do antigo quintal da casa unifamiliar das classes alta e média brasileira. Constata-se duas soluções de configurações espaciais: quarto justaposto ao banheiro e o quarto separado do banheiro, mas sempre com acesso obrigatório pela área de serviço, que não continha porta exclusiva de acesso de serviço. Quanto ao tamanho dos quartos “de” empregada, pode-se afirmar que ele esteve abaixo de outras realidades brasileiras em relação ao espaço mínimo do dormitório, entre 3,60 m² e 5,20 m², isto é, reduzido aos 5 m², tornando-os ainda mais perversos, pois geralmente é o espaço secundário, correspondendo à área que “sobra”, o resto”, locado em locais pequenos e menos arejados que podem, ou não são beneficiados com a luz solar. Já o tamanho dos banheiros, constata-se serem muito pequenos, verdadeiros cubículos, as vezes não correspondendo ao que se apresenta nas plantas-baixas nem contendo pias ou lavatórios, conforme o quadro 1:

13º Seminário do_coi mo mo_ brasil Salvador – BA 7 a 10 de outubro de 2019 					
Década	Edifício	Implantação do quarto e do banheiro	Acesso ao quarto	Quarto (m²)	Banheiro (m²)
1950 - 1959	Santo Antônio	Separado	Sem entrada de serviço	3,60 m²	1,65 m² S/ pia
1960 - 1969	João Marques de Almeida	Justaposto	Sem entrada de serviço	5,20 m²	1,70 m² S/ pia
1970 - 1979	Estrela de Ouro	Separado	Sem entrada de serviço	4,86 m²	2,75 m²

Quadro 1: As categorias de análise dos quartos de empregadas nos edifícios do século XX da orla de João Pessoa

Fonte: Acervo do autor.

Tais características denotam o desconforto e a falta de privacidade para a empregada doméstica. Há um entendimento de que esses espaços são construídos nessas condições mínimas pelo não reconhecimento da empregada como pessoa e trabalhadora, assim, reduzem-se as dimensões do quarto, demarcam-se os espaços internos e limitam-se as áreas externas de circulação. Desta forma, o quarto de empregada reflete a ambiguidade dessas relações de trabalho/moradia.

Conclusão

A pesquisa revelou que os espaços destinados ao empregado doméstico nas habitações multifamiliares dos 3 edifícios modernistas analisados na cidade de João Pessoa, remetem a uma “modernização” das configurações da antiga senzala (BRUAND, 1981, p. 20; LARA, 2013; REIS FILHO, 2014, p. 78). Enquanto produto da formação social, o “quartinho” é projetado com intencionalidades: representa, para o seu usuário, o espaço de exploração para o trabalho ininterrupto, da opressão, da invisibilidade, da falta de individualidade, da falta de privacidade do trabalhador doméstico, do controle dos patrões, do cenário que possibilita o assédio sexual, da distinção e das hierarquias sócioespaciais entre patrões-empregados e entre os próprios empregados, da segregação, do isolamento, da exclusão, sendo “[...] carregado de valores e subjetividade e reflete as relações que historicamente os homens estabelecem no modo de produzir e gerir a sociedade [...]” (SOUZA, 1991, p. 03). As configurações sociais refletem-se no espaço físico, competindo à arquitetura a materialização e a reprodução dos valores e dos discursos da sociedade e da época na qual ela se insere. Em outras palavras, a organização espacial traduz a ocorrência das estruturas do domínio, do poder e da autoridade (LEITÃO, L. 2014).

Constata-se que a oferta do quarto de empregada está relacionada ao poder aquisitivo, assim como, às necessidades da prestação dos serviços domésticos por parte dos empregadores domésticos, contudo, o seu uso tem reduzido consideravelmente devido à preferência pelas novas formas de prestação de serviço doméstico sem vínculo empregatício. Em relação à concepção desse espaço, é possível afirmar que está é vinculada às dimensões mínimas, ou abaixo destas, além de uma variante de meios que desfavorecem o quarto em relação ao demais cômodos da residência. Assim, a pesquisa permitiu revelar as concepções projetuais e as modificações ocorridas na projeção e nos usos dos quartos de empregada das unidades residenciais inseridas no primeiro ciclo de verticalização na cidade de João Pessoa. Confirmou-se que esses espaços assumiram novos usos, tais como depósito ou extensão da área de serviço, que denunciam e denotam os/dos problemas sócioespaciais da moradia brasileira, em especial da habitação multifamiliar, que, por ser compacta, potencializa os efeitos de segregação e revela os problemas da falta de espaço na área de serviço ou da inexistência de um depósito, incentivando a invasão e a ocupação com sobreposições de funções nas antigas dependências da empregada.



Referências

- ALMEIDA, Maria Suely Kofes de. Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Colcha de retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- AUSONIA oferece as melhores condições. In: **Correio da Paraíba**, João Pessoa, p. 3, 29 nov. 1960.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- CABRITA, Antônio Manuel da Silva Rocha Reis. **O homem e a casa**: definição individual e social da qualidade da habitação. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil/Departamento de Edifícios, 1995.
- CARVALHO, Ana Tereza Siqueira de. **Dependência doméstica**: o espaço da empregada na arquitetura. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CHAVES, Carolina Marques. Construindo uma cidade moderna: entre a casa e o edifício de apartamentos. In: MOURA FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Marcio; CAVALCANTI FILHO, Ivan (orgs.). **Entre o rio e o mar**: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2016.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2005.
- JOÃO PESSOA. Lei nº 1.347, de 27 de abril de 1971. Institui o código de obras do município de João Pessoa. In: **Código de obras**. Secretária de Planejamento, Prefeitura Municipal de João Pessoa, João Pessoa, 2001.
- LARA, Fernando. A exclusão do espaço doméstico. In: **Portal Fórum**, 02 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2013/05/02/a-exclusao-no-espaco-domestico/>>. Acesso em: 13 mar. 2019.
- LEITÃO, Deusdedit. **Ruas de Tambaú**. João Pessoa: DPG Secretaria de Educação e Cultura, 1998.
- LEITÃO, Lúcia. **Quando o ambiente é hostil**: uma leitura urbanística de Sobrados e Mucambos e outros ensaios gilbertianos. 2ª edição. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Cozinhas, etc.**: Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista. 2.ed.São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- _____. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996.
- MARINS, Paulo César. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, Fernando (coord.); SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**: República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, vol. 3, p. 131-214.
- MARTINS, Paula Dieb; MAIA, Doralice Sátyro. O caminho que leva ao mar: a Avenida Epitácio Pessoa, via de expansão e estruturação da cidade de João Pessoa. In: **XVI ENANPUR**, 2015, XVI ENANPUR Desenvolvimento Planejamento e Insurgências, Belo Horizonte, 2015.
- MORAIS, Fernando de Oliveira. **O Quartinho**: a dependência doméstica na habitação multifamiliar na cidade de João Pessoa (PB) no Século XXI. 2017. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2017.
- PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956 – 1974)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 12ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2014.



ROCHA JUNIOR, Rui Vanderlei. **Construção arquitetônica contemporânea**: a obra de Gilberto Guedes. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SALEIRO FILHO, Mário de Oliveira. **A arquitetura na anarquitectura**: Os conceitos de flexibilidades espaciais na produção imobiliária na cidade do Rio de Janeiro. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2009.

SOARES, Thaise Gambarra. **A invenção da praia**: A construção imagética e a transformação do território da praia de Tambaú, João Pessoa – PB: 1950-1970. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SOUZA, Lêda Maria Teles de. **Dependência da empregada**: o espaço da exclusão. 1991. (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallmann. **500 anos da casa no Brasil**: As transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

ZEVI, Bruno. **Saber ver arquitetura**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.